

CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

2022

SUMÁRIO

| | | |
|--------|--|----|
| 1. | IDENTIFICAÇÃO GERAL | 2 |
| 2. | POLÍTICAS PÚBLICAS | 3 |
| 2.1. | INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS | 3 |
| 2.2. | POLÍTICAS PÚBLICAS..... | 4 |
| 2.3. | METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS..... | 7 |
| 2.4. | RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS..... | 9 |
| 2.5. | IMPACTOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS . | 9 |
| 2.6. | COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES..... | 10 |
| 2.6.1. | MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS..... | 11 |
| 2.6.2. | DESEMPENHO FINANCEIRO | 12 |
| 2.6.3. | INFRAESTRUTURA | 13 |
| 2.6.4. | OPERAÇÕES LOGÍSTICAS | 15 |
| 2.6.5. | SEGURANÇA PÚBLICA PORTUÁRIA | 16 |
| 2.6.6. | SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL | 17 |
| 2.6.7. | RELAÇÃO PORTO-CIDADE | 18 |
| 2.6.8. | GOVERNANÇA CORPORATIVA..... | 20 |
| 3. | GOVERNANÇA CORPORATIVA | 21 |
| 3.1. | ATIVIDADES DESENVOLVIDAS | 21 |
| 3.2. | ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO..... | 23 |
| 3.3. | FATORES DE RISCO | 26 |
| 3.4. | DADOS ECONÔMIOS-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO | 27 |
| 3.5. | POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA | 28 |
| 3.6. | DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO | 31 |
| | MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 33 |

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em atenção ao disposto no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2022.

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ 44.837.524/0001-07 NIRE 35300008448

Sede: Santos/SP.

Tipo de estatal: Empresa Pública

Acionista controlador: União

Tipo societário: Sociedade por Ações.

Estrutura de capital: Capital fechado.

Setor de atuação: Administração da infraestrutura portuária.

Diretora de Administração e Finanças: Bernadete Bacellar do Carmo Mercier

Telefone: 13 3202-6565 / **E-mail:** bmercier@brssz.com

Auditor Independente atual da empresa: Russell Bedford

Telefone: (11) 3313-3509; (11) 4007-1219

E-mails: saopaulo@russellbedford.com.br

Sítio eletrônico: <https://russellbedford.com.br/#>.

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa:

- Fabio Lavor Teixeira;

- Adilson Luiz Gonçalves;
- Mariana Pescatori Candido da Silva;
- Marcos Kleber Ribeiro Felix;
- Regis Xavier Holanda;
- Sidney Antonio Verde;
- Thiago Benito Robles.

Data de divulgação: 11/maio/2023.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Autoridade Portuária de Santos S.A é uma empresa pública, revestida sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sendo parte integrante da administração indireta da União, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos - MPA, regendo-se por seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações, pela Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013; pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; pelo Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013; pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis, e, respaldada pelo interesse coletivo que justificou sua criação, tendo por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito do Porto Organizado de Santos, o maior e mais importante porto nacional, sob sua administração e responsabilidade, e demais instalações portuárias no Estado de São Paulo que lhe forem incorporadas, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Poder Concedente, exercido pelo MPA, ao qual se vincula.

Conforme estabelecido no artigo 2º do Decreto nº 85.309, de 30 de outubro de 1980 e em seu Estatuto Social, a Companhia é responsável pela operação e exploração do Porto de Santos em alinhamento com os objetivos, políticas públicas e programas de governo voltados para o desenvolvimento do setor portuário, como o

Plano Estratégico do MPA, o Plano Mestre do Porto de Santos e o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Companhia atua no setor portuário exercendo o papel institucional de Autoridade Portuária, nos termos da Lei nº 12.815/13, que preceitua, em seu artigo 17, que a administração do porto é exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária do porto organizado.

As atividades realizadas pela Companhia objetivam atender as políticas públicas do setor portuário, bem como ao seu objeto social, conforme previsto no Estatuto Social, sem exclusão de outras funções previstas em Lei, e à Administração do Porto Organizado, em especial a Lei nº 12.815, de 2013, e o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013:

- I. Prover Infraestrutura:
 - a. mediante a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade;
 - b. fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;
 - c. promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade; e
 - d. promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto.
- II. Organizar atividade portuária:
 - a. autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;

- b. autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;
 - c. suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;
 - d. estabelecer o regulamento de exploração do porto, observadas as diretrizes do Poder Concedente; e estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes do Poder Concedente, e as jornadas de trabalho no cais de uso público.
- III. Promover a fiscalização:
 - a. fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
 - b. reportar infrações e representar perante a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“Antaq”), visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos; e
 - c. fiscalizar as áreas e instalações portuárias arrendadas, dentro dos limites dos portos organizados da Companhia.
- IV. Realizar o planejamento e a exploração de atividades portuárias:
 - a. elaborar, revisar e submeter à aprovação do Poder Concedente, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ dos portos sob sua competência ou cuja administração esteja sob sua responsabilidade;
 - b. explorar, direta ou indiretamente, as áreas não afetas às operações portuárias, desde que as destinações estejam previstas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto a critério do Poder Concedente;
 - c. elaborar o edital e realizar os procedimentos licitatórios para contratos de concessão e arrendamentos, sempre que determinado

pelo Poder Concedente, nos termos do § 5º do art. 6º da Lei nº 12.815/2013; e

V. Outras funções:

- a. decidir sobre conflitos que envolvam agentes que atuam no porto organizado, ressalvadas as competências das demais autoridades públicas;
- b. exercer a coordenação das comissões locais de autoridades nos portos;
- c. zelar pela segurança das operações portuárias;
- d. comercializar direitos provenientes dos resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Companhia, relacionados ao setor portuário, mediante manifestação favorável do Poder Concedente; e
- e. coordenar as funções de combate a emergências ambientais e de segurança do trabalho.

Parágrafo único. O disposto nas alíneas b e c do inciso II do caput não se aplica à embarcação militar que não esteja praticando comércio, nos termos do § 3º do art. 17 da Lei nº 12.815/2013.

A Autoridade Portuária de Santos tem como missão desenvolver, administrar e fiscalizar o Porto de Santos, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes aos seus clientes e usuários, bem como apoiar o poder público, o comércio e o desenvolvimento econômico, com responsabilidade socioambiental.

Apoiada em seus valores internos agilidade e eficiência, compromisso com o resultado, ética, inovação e trabalho em equipe, a Companhia visa ser a Autoridade Portuária modelo em sustentabilidade, eficiência, agilidade, competitividade e integridade, de forma a tornar o Porto de Santos o maior e o melhor porto da América Latina.

2.3. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Plano Estratégico 2021-2025, executado ao longo do exercício de 2022, foi elaborado em alinhamento às principais políticas públicas direcionadas ao setor de infraestrutura:

- Plano Estratégico do MInfra (Estratégia Unindo Ações – Infraestrutura de Transportes);
- Programa de Parceria de Investimentos – PPI;
- Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos – PDZ.

A visão da Companhia é clara no sentido de buscar ser referência nos mais importantes e contemporâneos atributos organizacionais, de forma a (i) fomentar a transformação do Porto de Santos não apenas no maior, mas também no melhor porto da América Latina, e (ii) influenciar positivamente todo o sistema portuário nacional e latino-americano, induzindo o desenvolvimento de seu entorno.

Com isso, a Autoridade Portuária de Santos visa que o Porto de Santos concilie economia, gente e clima. Dessa forma, a atuação da Companhia foi pautada em 3 pilares estratégicos:

| FORTALECIMENTO DOS NEGÓCIOS | DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO | CONSOLIDAÇÃO DA PLATAFORMA ESG |
|---|---|--|
| Foco em eficiência operacional e logística dentro de toda área de influência do Porto, provisão das infraestruturas sob responsabilidade da gestão e garantia da expansão portuária a médio e longo prazos. Tal pilar é composto por 4 temas estratégicos: | Foco em pessoas, meritocracia, transparência, modernização de processos e equilíbrio econômico-financeiro. Este pilar desdobra-se em 4 temas estratégicos: | Foco em uma nova relação com os entes impactados pela atividade portuária (partes interessadas) orientada para valor e sustentabilidade, a fim de mitigar impactos e fomentar o desenvolvimento sustentável regional e nacional. Tal pilar é representado por 3 temas estratégicos: |
| Eficiência logística Obter níveis de serviço e índices de produtividade equivalentes aos melhores portos da Europa e EUA. | Segurança das Operações Garantir padrões de excelência em segurança pública portuária, comparáveis aos melhores terminais. | Sustentabilidade Realizar a atividade portuária de forma racional e sustentável. |
| Expansão portuária Atender às demandas de expansão e ser percebido como o melhor porto da América Latina para se investir. | Transformação digital Ser um Porto 4.0, com infraestrutura compatível com as melhores soluções tecnológicas do mercado. | Relações Porto-Cidade Conquistar a confiança e o reconhecimento da sociedade e contribuir para o crescimento dos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista. |
| Infraestrutura e utilidades Equilibrar a matriz de transportes do porto e garantir a disponibilidade das infraestruturas e utilities. | Carreiras e meritocracia Institucionalizar a meritocracia e valorizar nossos colaboradores. | Governança e Integridade Criar cultura interna Governança e Integridade, de forma a intensificar a geração de valor para os nossos stakeholders. |
| Inovação Tornar-se o epicentro tecnológico da logística nacional, um polo incentivador de inovação. | Eficiência de Processos Otimizar processos e rotinas administrativas, e proporcionar maior alinhamento das áreas envolvidas. | |

Os objetivos do exercício, em nível micro, são atrelados aos planos de metas trimestrais da Diretoria Executiva por meio do Honorário Variável Mensal (HVM), definidos pela Secretaria Nacional e Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) e aprovados pelo Conselho de Administração, sendo divididos em 7 categorias:

- Ações de Planejamento e Desenvolvimento Portuário;
- Ações de Gestão Logística e de Operações;
- Ações de Gestão Patrimonial;
- Ações de Sustentabilidade Econômico-financeira;
- Ações de Gestão Administrativa e de Pessoas;
- Ações de Sustentabilidade Ambiental e de Integração com a Comunidade;
- Ações de Expansão e Manutenção da Infraestrutura.

O HVM é um dos itens pertencentes à parcela variável da remuneração dos diretores, sendo medido trimestralmente. Está vinculado à apuração dos resultados obtidos/cumprimento de metas pela Diretoria Executiva, de acordo com os compromissos e ações propostos pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e pelo Conselho de Administração da Companhia.

| CUMPRIMENTO DAS METAS HVM | | | | |
|---------------------------|------|-------|------|------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| 1º trimestre | 100% | 100% | 100% | 100% |
| 2º trimestre | 100% | 100% | 100% | 100% |
| 3º trimestre | 100% | 98,2% | 100% | 100% |
| 4º trimestre | 100% | 100% | 100% | 100% |

O comprometimento da Diretoria Executiva na consecução das ações para a Companhia resultou na média anual de 100% no cumprimento das metas de gestão em 2022.

2.4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os recursos para custeio das políticas públicas são originados pela geração de caixa operacional da Companhia, advindos de: (i) receitas tarifárias, arrecadadas em decorrência da movimentação de cargas; (ii) receitas patrimoniais, oriundas dos arrendamentos de área; (iii) receitas de outorgas com leilões de arrendamentos; (iv) receitas de aplicações financeiras.

Considerando a significativa evolução econômico e financeira construída a partir de 2019, alcançando resultados consistentes e que demonstram a clara capacidade da Companhia na geração de caixa operacional de forma sustentável e suficiente para fazer frente a todos os seus dispêndios e às necessidades de ações de investimentos previstas para os próximos exercícios.

2.5. IMPACTOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A execução orçamentária dos investimentos em infraestrutura realizada em 2022 foi de R\$ 4,3 Milhões. Ao longo de 2022 foram investidos R\$ 18,2 milhões, com destaque para os projetos de modernização tecnológica, obras no Trecho Alamoia, Diagnóstico Qualidade do Ar, VTMISS e nova lancha.

Diante do contexto de dificuldade em ganhar celeridade na execução de ações de investimento pela dinâmica de fatores exógenos e que, muitas vezes fogem ao controle da Companhia, como licenciamentos ambientais, desapropriações, judicializações, bem como entraves inerentes aos aspectos burocráticos da administração pública, a Administração da Autoridade Portuária de Santos tem intensificado os esforços para atuar em parceria com os terminais e demais agentes privados que atuam no Porto de Santos, viabilizando com agilidade e eficiência a execução do investimentos relevantes em áreas comuns do Porto, ou seja, fora a área arrendada dos terminais. O valor total dos investimentos privados em curso, ou com expectativa de contratação chega a R\$ 9,5 bilhões.

| Políticas Públicas | Recursos a serem empregados | Origem dos recursos | Previsão de recursos da carta anterior | Recursos empregados | Indicadores de resultado (realizado 2022) |
|---|-----------------------------|---------------------|--|---------------------|---|
| Prover infraestrutura | 227,5 | Próprio | n/a | 4,3 | Divisão modal (participação dos modos de transporte): Modo rodoviário: 61,87%; Modo ferroviário: 27,14%; Modo transbordo: 7,02%; Modo dutoviário: 3,97% |
| Promover a fiscalização | 5,0 | Próprio* | n/a | 4,9 | Produtividade líquida da operação (cc): 1146,84 t/h Produtividade líquida da operação (demais cargas): 409,29 t/h |
| T.I | 17,8 | Próprio | n/a | 6,6 | Índice de serviços públicos digitalizados: 42% |
| Outras funções (Organizar atividade portuária, Realizar o planejamento e a exploração de atividades portuárias, etc.) | 5,0 | Próprio | n/a | 2,4 | Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP): Nota 8,5 |
| *Considera recursos da União: R\$ 1,0 milhão em "Recursos a serem empregados e R\$0,7 milhão em "Recursos empregados", oriundos de saldos de exercícios anteriores. | | | | | Em R\$ milhões |

2.6. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

No acumulado de 2022, o Porto de Santos atingiu a marca recorde de 162,4 milhões de toneladas movimentadas. Em relação a 2021, o resultado apresentou um crescimento de 10,5%. Os embarques avançaram 15,1%, chegando a 118,6 milhões de toneladas, e os desembarques totalizaram 43,8 milhões de toneladas.

2.6.1. MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

O Porto de Santos movimentou 162,4 milhões de toneladas de carga em 2022. Nos embarques as maiores variações absolutas positivas foram observadas nos embarques de milho a granel, +7.244,5 mil t (80,6%); soja em grãos a granel, +2.215,6 mil t (9,5%) e farelo de soja a granel, +2.113,1 mil t (31,1%). Já as reduções mais expressivas, em volume (toneladas), ocorreram nos embarques de carga containerizada, -203,8 mil t (-0,7%); gasolina, -158,2 mil t (-13,4%) e carvão a granel, -85,7 mil t (-100,0%). Os desembarques atingiram 43,8 milhões t, queda de 0,3% em relação ao movimento registrado até dezembro de 2021. As maiores variações absolutas positivas foram verificadas nos desembarques de carga containerizada, +413,0 mil t (1,8%); soda cáustica, +153,0 mil t (14,5%) e sal a granel, +59,3 mil t (6,0%). As reduções mais expressivas foram verificadas nas movimentações de óleo diesel e gasóleo, -552,8 mil t (-26,5%); trigo a granel, -283,3 mil t (-22,0%) e GLP, -158,4 mil t (-30,9%).

Contêiner: Na movimentação acumulada de contêineres o Porto de Santos registrou a marca recorde de 5 milhões de TEU (2,93 milhões de unidades), resultado 3,2% superior ao resultado de 2021. Os desembarques responderam por 2,5 milhões de TEU (1,47 milhão unid.), resultado 2,6% superior ao observado nos doze meses de 2021 (2,4 milhões de TEU / 1,4 milhão unid.). Nos embarques, em TEUs, foi registrada alta de 3,8%, passando de 2,39 milhões de TEU (1,44 milhão unid.) em 2021 para 2,48 milhões TEU (1,46 milhão unid.) em 2022.

Em toneladas, embora os embarques tenham recuado, os desembarques compensaram a queda resultando no aumento da movimentação de carga containerizada, registrando marca recorde ao apresentar alta de 0,4% ante o ano de 2021, totalizando o recorde de 51,6 milhões de t.

Principais cargas: As mercadorias do agronegócio continuaram a se destacar no acumulado do ano, principalmente a soja em grão (+9,6%), o milho (+80,8%), a celulose (+59%), sucos cítricos (+9,6%) e as carnes (+20%).

Atracações: Durante os doze meses de 2022 ocorreram 5.190 atracações, patamar 6,9% superior ao registrado em 2021. Excluídos os navios de passageiros e da Marinha, foram registradas 5.101 atracações, sendo 4.397 de navios de longo curso (aumento de 7,3% ante o ano de 2021) e 704 navios de cabotagem (alta de 0,1%).

Corrente Comercial: A participação do Porto de Santos na corrente comercial brasileira, ao longo de todo ano de 2022, concentrou 28,8% da fatia nacional.

2.6.2. DESEMPENHO FINANCEIRO

O excelente desempenho na movimentação de cargas, aliado à continuidade das ações de austeridade e racionalização de gastos, permitiram um crescimento de mais de 66,3% no lucro líquido que passou de R\$ 329,1 milhões, em 2021, para R\$ 547,3 milhões, em 2022.

Receita: Na avaliação do desempenho geral da receita houve expressivo crescimento de 24,1%. As receitas tarifárias, diante da revisão de modelo implementado em 2022, contribuíram, significativamente, para a saúde financeira da Companhia. A arrecadação tarifária alcançou o patamar de R\$ 932,7 milhões de reais, crescimento de 21,7% ante receitas obtidas em 2021, refletindo, em linhas gerais, o cenário positivo do Porto de Santos em termos de movimentação de cargas.

Com relação à receita patrimonial, houve incremento da ordem de 28,2%, em decorrência dos novos leilões e arrendamentos, a otimização na exploração das áreas portuárias, bem como os reajustes contratualmente previstos.

Custos operacionais: Os custos operacionais totais aumentaram 15,1% em relação ao ano anterior e os custos recorrentes (excluindo eventos extraordinários) apresentaram aumento de 8,9%. O principal fator que contribuiu para o crescimento foi o maior volume de despesas de dragagem de manutenção, com incremento de 64,5%. O aumento nos custos foi parcialmente compensado pelas ações de racionalização de gastos com pessoal (-4,9%) e menores custos com utilidades e aluguéis (-3,0%). Considerando o forte incremento alcançado nas receitas (+24,1%), a

relação custos recorrentes/receita líquida demonstrou importante ganho de escala, com redução de 3,2 pontos percentuais.

Despesas gerais e administrativas: O total de despesas gerais e administrativas demonstrou aumento de 2,6% em 2022. Na comparação das despesas recorrentes, excluindo eventos extraordinários, houve um aumento de 5,7% nas despesas, desempenho positivo quando comparado com os indicadores de inflação e o reajuste salarial de 11,73%, concedido em junho/2022. A Administração da Companhia tem priorizado a implementação de uma cultura de austeridade e otimização de recursos que tem sido fundamental para o fortalecimento da saúde financeira da empresa. A relação despesas recorrentes/receita líquida demonstrou significativo ganho pelo quarto ano consecutivo e passou de 9,8% em 2021 para 8,5% em 2022.

Ebitda ajustado: O Ebitda ajustado de 2022 refletiu o bom desempenho na receita e os ganhos de eficiência que mantiveram os custos e despesas sob controle, alcançando novo recorde de R\$ 752,2 milhões (55,8% de margem), apresentando crescimento de 28,3% em relação ao resultado do ano anterior (52,8% de margem). Para efeito de mensuração do Ebitda ajustado, foram excluídos, principalmente, os impactos não recorrentes relacionados com resultados de leilões de sucata, rescisões e provisões extraordinárias, além de receitas extraordinárias recebidas por fatos geradores de anos anteriores.

Resultado Financeiro: O resultado financeiro líquido demonstrou melhora significativa, sendo que o resultado de 2022 foi equivalente a R\$ 136,5 milhões de receitas financeiras líquidas, contra um valor de R\$ 22,4 milhões de despesas financeiras líquidas registrado em 2021. A receita financeira foi fortemente favorecida pela maior posição de caixa ao longo do ano e pelo aumento das taxas de juros que se refletiram em expressivo crescimento no rendimento das aplicações financeiras.

2.6.3. INFRAESTRUTURA

Ao longo de 2022 diversas atividades foram realizadas na infraestrutura portuária (terrestre, aquaviária e de utilidades), dentre as quais destacamos:

Continuidade dos serviços de dragagem de manutenção, mantendo a profundidade navegável em -15,00 DHN, no canal de acesso ao porto, garantindo as operações portuárias, contribuindo para a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção de poluição nas vias navegáveis.

Atingimento de 100% no índice de eficácia por balizamento de sinalização náutica, publicado pela Marinha do Brasil.

Realização de um Acordo de Cooperação Técnica com o DNIT (ACT 27/2022), visando à transferência mútua de conhecimento e o apoio técnico de engenharia, nas atividades de diagnósticos, projeto, contratação, gestão e fiscalização da dragagem dos canais de acesso e berços, do complexo portuário de Santos.

Realização de obras em áreas públicas do Porto de Santos, com recursos próprios e de particulares - por meio de termos de doação e/ou cooperação:

- Readequação do sistema ferroviário no trecho entre o Macuco e o Gate 18 (Termo de Cooperação 01/2020 - SPA-Portofer);
- Implantação da terceira linha férrea no bairro Paquetá; Pavimentação da Avenida Perimetral da Margem Direita no trecho Centro Histórico - Paquetá e; Implantação da nova passarela de pedestres no Paquetá (Termo de Doação de Obras 01/2021 - SPA-Portofer);
- Repavimentação da Av. Mário Covas Jr. (Contrato SPA/01.2021).

Continuidade dos serviços de Manutenção Predial, nas instalações sob responsabilidade da Companhia, incluindo as instalações da Vila de Itatinga, bem como manutenção de equipamentos de refrigeração, elevadores, instalações elétricas prediais, guarda-corpos e gradis, além de serviços de manutenção do perímetro de segurança.

Continuidade dos serviços de Manutenção de Infraestrutura, destacando-se: manutenção da sinalização viária horizontal e vertical das vias do Porto de Santos; manutenção e conservação do sistema de drenagem do Porto de Santos; conservação e limpeza das vias do Porto de Santos, com utilização de varredeira mecanizada.

Continuidade dos serviços de Utilidades, destacando-se: manutenção dos sistemas de tratamento de água potável, água de reuso e esgoto; conservação das vias e logradouros sob responsabilidade da Companhia; e gerenciamento dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para os usuários instalados no Porto de Santos.

2.6.4. OPERAÇÕES LOGÍSTICAS

Em 2022, a Companhia deu continuidade aos esforços para modernizar e otimizar ainda mais as suas operações, observando portos e outras instituições que pudessem oferecer oportunidades de desenvolvimento ao Porto de Santos.

Em conjunto com a comunidade portuária, foram aprimoradas normativas para o desenvolvimento mais eficiente dos serviços de fiscalização, acessos aquaviários e terrestres, bem como foram identificadas soluções inovadoras para tratar de problemas únicos do Porto de Santos.

Além disso, houve o início da implantação dos pontos de monitoramento de acessos terrestres e conclusão do Projeto Básico do VTMS.

O Centro de Fiscalização (CEFIS) foi estruturado com a instalação de videowall para o monitoramento mais efetivo.

No 4º trimestre de 2022, o Porto de Santos recebeu os maiores navios de sua história, com 347 metros de comprimento.

Inovação:

A Companhia avançou com as suas iniciativas de incentivo a implantação da inovação no Porto de Santos, destacando:

- I. Criação do programa de estágio direcionado para desenvolvimento de inovações para o Porto de Santos com realização de atividades imersivas que engrandece o entendimento do funcionamento do porto e o anseio do estagiário em melhorar os processos operacionais do Porto de Santos aplicando tecnologias inovadoras.

- II. Assinatura de parcerias técnicas para otimizar a logística de compartilhamento de cargas, para aperfeiçoar o processo de programação e gestão dos berços de atracação do Porto de Santos e para previsões hiper localizadas para apoio nas tomadas de decisões operacionais.
- III. Realização do evento 2ª Ed. Inova Portos para disseminar a cultura de incentivo a inovação na comunidade portuária.
- IV. Premiação recebida no prêmio AAPA CIP/OEA: “Excelência na Indústria Portuária 2022, na categoria Parceria Público-Privada”, na XXXª edição do Congresso Latino-Americano de Portos realizada pela Associação Americana das Autoridades Portuárias – Latino (AAPA Latino), fruto da parceria, objeto da NAP Inovação, em conjunto com as empresas Wilson Sons e DockTech.
- V. Premiação concedida pela Associação Brasileira das Empresas e Profissionais de Engenharia das Comunicações e Infraestrutura (ABERIMEST) na categoria “Porto mais Inovador e Conectado do País”, reconhecendo o desenvolvimento intenso da pauta de inovação pela Autoridade Portuária de Santos.

2.6.5. SEGURANÇA PÚBLICA PORTUÁRIA

No ano de 2022, a Companhia recebeu a Declaração de Cumprimento (DC) das disposições do Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias – Código ISPS, recuperando desta forma, a certificação de atendimento de todas as exigências de segurança da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), para o Porto de Santos. A recuperação da DC foi possível após a aprovação pela Conportos do Plano de Segurança Portuária-PSP do Porto de Santos, integralmente elaborado por colaboradores da Autoridade Portuária de Santos.

Diversas ações integradas foram realizadas entre a Guarda Portuária, demais setores da Companhia e autoridades intervenientes do Porto Organizado. Destacam-

se: a participação na Operação Ágata, envolvendo a Marinha do Brasil, Receita Federal, Polícia Federal, Ibama e Polícia Militar do Estado de São Paulo; Operações Divisas Integradas e Solarium, realizadas conjuntamente à Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT; Operação Porto Limpo, ação de fiscalização realizada em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários-ANTAQ; Operação Regular, realizada em conjunto com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo-CETESB e a Superintendência de Meio Ambiente da Companhia - SUMAS; apoio às embarcações da Receita Federal e Polícia Federal quando da apreensão de entorpecentes; e escolta e segurança de dignatários quando das visitas às instalações portuárias.

Durante o ano de 2022, a Guarda Portuária realizou 10.485 atendimentos que resultaram em deslocamento de equipe ao local do chamado. A maioria dos deslocamentos foram realizados para atender aos terminais e usuários do Porto.

2.6.6. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

No ano de 2022, a Autoridade Portuária de Santos viabilizou, por meio de empresa contratada especializada, a execução de auditoria ambiental externa. Trata-se não só de uma exigência legal prevista na Resolução Conama nº 306/2002 e na Licença de Operação do Porto, mas também de uma ferramenta útil para verificação do atendimento à legislação, para a prevenção da poluição e para a melhoria contínua dos processos da empresa. A Licença de Operação (LO) do Porto Organizado de Santos foi renovada no ano de 2022 e teve sua validade estendida até o ano de 2032, sinalizando a credibilidade conquistada junto ao órgão ambiental e a competência da Autoridade Portuária de Santos em atendê-las. Como fruto de uma gestão consciente e alinhada ao desenvolvimento sustentável, o Porto de Santos vem se destacando pela melhoria contínua de sua pontuação no Índice de Desenvolvimento Ambiental (IDA), que avalia a qualidade e eficiência da gestão ambiental de portos públicos e terminais privados, por meio de vários indicadores. A última divulgação da Antaq para o IDA refere-se ao ano de 2021 (divulgada em 2022), em que a Companhia obteve o índice

95,35 pontos. Em julho de 2022, a Autoridade Portuária de Santos completou um ano da sua adesão ao Pacto Global e reafirmou o seu apoio aos Dez Princípios do Pacto Global das Nações Unidas sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Em 2022, a Companhia realizou seu primeiro “Inventário de gases causadores do efeito estufa”, de acordo com a metodologia do GHG Protocol e observando diretrizes da Cetesb. De acordo com o relatório (que se refere às operações do ano de 2021), as atividades da Autoridade Portuária de Santos são de baixa intensidade carbônica, uma vez que a sua atividade fim é de fornecimento de infraestrutura e de fiscalização portuária, sendo que muitas das atividades desenvolvidas são administrativas.

Em adição, a Companhia iniciou em 2022 a estruturação do centro supervisor de qualidade do ar, parte do Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar, uma das condicionantes da Licença de Operação nº 1382/2017. Foram instaladas estações de monitoramento de gases, particulados e vento e um software supervisor que conta com uma rede de câmeras de monitoramento distribuídas ao longo de todo o Porto.

2.6.7. RELAÇÃO PORTO-CIDADE

Em 2022, a Companhia manteve a condução de relevantes iniciativas junto à comunidade portuária:

- **Projeto Favela Porto-Cidade:** Início das obras pela empresa contratada junto à Prefeitura do Guarujá para finalização da construção dos apartamentos – fiscalização da CEF para liberação dos recursos da Autoridade Portuária de Santos (convênio para realocação das famílias).
- **Programa de Educação Ambiental (PEA):** Desenvolvido desde 2010 como medida mitigadora e compensatória de impactos relacionados ao processamento de licenciamento ambiental do porto, em 2022 foram realizadas oficinas e atividades de conscientização ambiental, saúde, educação no trânsito, reciclagem, junto as comunidades-alvo da região tais como Santa Cruz dos Navegantes, Sítio Cachoeira, Perequê, Rio do Meio, além de ações pontuais nas principais vias de acesso do porto

e nas dependências nas instalações visando atingir os colaboradores internos desta empresa.

- **FIPS:** O projeto de expansão da malha ferroviária que integra a infraestrutura portuária origina diversas iniciativas que melhoram a rotina dos principais usuários da Perimetral – Margem Direita, como a eliminação dos cruzamentos em nível e o recapeamento asfáltico das avenidas.

- **Expansão da malha viária da Av. Perimetral Margem Esquerda:** Tem por objetivo racionalizar e dar fluidez de tráfego aos veículos transportadores das cargas movimentadas nas atividades de exportação e importação através do porto. A construção permitirá a melhoria do sistema viário da região, aumentando o grau de segurança no trânsito e retirando da Avenida Santos Dumont o tráfego pesado dos terminais, garantindo maior fluidez para o tráfego local nessa avenida.

Patrocínios: Após os impactos sofridos pela pandemia da covid-19, a Autoridade Portuária de Santos retomou em 2022 o processo de seleção pública para patrocínios, viabilizando a execução de 8 iniciativas que se enquadram nos âmbitos cultural, esportivo, social e ambiental. Os patrocínios possibilitam um maior envolvimento do Porto de Santos com a comunidade, estimulando a preservação e a valorização da cultura, da história e do meio ambiente locais.

| Projetos Culturais | Projetos Culturais |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Santos Jazz Festival;• Residência Artística: Santos em 2022;• Festival do Mar;• Dum, O Pequeno Aprendiz em Busca da Magia. | <ul style="list-style-type: none">• Mantas do Brasil;• Escola Lixo Zero. |
| Projetos Esportivos | Projetos Sociais |
| <ul style="list-style-type: none">• Meia Maratona de Santos | <ul style="list-style-type: none">• Banco de Alimentos Descentralizado e Agricultura Urbana |

Eventos:

- 3º Festival Porto Cidade: O Porto de Santos completou 130 anos em 2 de fevereiro. Para marcar a data, a SPA promoveu, com o apoio da Prefeitura de Santos, o 3º Festival PortoCidade, com uma série de atrações culturais e esportivas abertas ao público e, em sua maioria, gratuitas.
- XXX CONGRESSO AAPA: O Porto de Santos foi o anfitrião do XXX Congresso Latino-Americano de Portos que ocorreu entre os dias 28 e 30 de novembro, reunindo mais de 700 pessoas de 35 nacionalidades diferentes.

2.6.8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O sistema de Governança da Companhia está em constante processo de aperfeiçoamento, e dentre as principais ações realizadas em 2022 destacamos a elaboração e aprovação da Política de Seleção dos Titulares das Unidades Internas de Governança, da Política de Gestão de Continuidade dos Negócios; a revisão da Política de Indicação e Sucessão dos Membros dos Órgãos Estatutários com o objetivo de estar aderente à recomendação do Relatório sobre Governança Corporativa das Empresas Estatais Brasileiras emitido em 2020 pela OCDE, bem como aprovação do Plano de Sucessão; a formalização da organização e funcionamento da unidade de Corregedoria, bem como estabelecimento dos parâmetros mínimos para o desempenho da atividade correcional; a revisão do Regimento Interno da Comissão de Ética; a revisão das diretrizes relacionadas a Distribuição de Dividendos e do Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD); a revisão de diretrizes da Política de competências e alçadas decisórias dos Administradores.

Em 2022, a Companhia promoveu a I Jornada ESG do Porto de Santos “Caminhos para o Futuro Sustentável”, em formato híbrido, com transmissão pelo Youtube, possibilitando que o conteúdo possa ser acessado a qualquer momento, por meio do canal da Companhia. O evento teve o objetivo de oferecer um olhar holístico da responsabilidade empresarial da Companhia e do complexo Portuário. A programação contou com representantes de grandes players do setor, convidados de renome e figuras-chave dos segmentos ESG.

Em 2022, realizamos também o acompanhamento do Plano Estratégico 2021-2025, por meio de reuniões periódicas de acompanhamento da estratégia, além da consolidação de documentos de governança como o Relatório Anual (ano base 2021), Relatório de Conclusões do Conselho de Administração acerca do Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo (ano base 2021), Carta Anual de Governança (ano base 2021) e o Plano de Negócios 2023.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Companhia tem por objeto social, conforme estabelecido em seu Estatuto Social, exercer as funções de autoridade portuária no âmbito do Porto Organizado de Santos, sob sua administração e responsabilidade, e demais instalações portuárias no Estado de São Paulo que lhe forem incorporadas, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Poder Concedente, exercido pelo Ministério de Portos e Aeroportos, ao qual se vincula.

| MISSÃO | VISÃO | VALORES |
|---|---|---|
| Desenvolver, administrar e fiscalizar o Porto de Santos, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes aos seus clientes e usuários, bem como apoiar o poder público, o comércio e o desenvolvimento sustentável. | Ser a autoridade portuária modelo em sustentabilidade, eficiência, agilidade, competitividade e integridade, de modo a tornar o Porto de Santos o maior e melhor porto da América Latina. | <ul style="list-style-type: none"> • Agilidade e eficiência; • Compromisso com o resultado; • Ética; • Inovação; • Trabalho em equipe. |

A Autoridade Portuária de Santos tem a competência de arrecadar, no Porto de Santos, os valores estabelecidos na Tarifa Portuária. As tarifas cobradas pela Companhia destinam-se a permitir a justa remuneração do capital, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da empresa.

As tarifas portuárias são organizadas em um conjunto de tabelas correspondentes a cada um dos tipos de serviços prestados pela Companhia para atendimento aos armadores, operadores portuários e demais requisitantes:

| TABELA | DESCRIÇÃO | NORMAS DE APLICAÇÃO |
|-----------------|-------------------------------------|---|
| TABELA I | INFRAESTRUTURA DE ACESSO AQUAVIÁRIO | <p>As tarifas desta Tabela remuneram a utilização da infraestrutura de acesso aquaviário, isto é:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. As obrigações da Administração Portuária definidas nos artigos 17 e 18 da Lei nº 12.815, de 2013; 2. Profundidades adequadas às embarcações no canal de acesso, nas bacias de evolução e junto às instalações de acostagem; |

| | | <ol style="list-style-type: none"> Balizamento e a sinalização do canal de acesso, desde o seu início até as instalações de acostagem; Áreas de fundeio; e Demais requisitos da infraestrutura quanto à prevenção de riscos operacionais e ambientais, incluindo gestão e combate às emergências. |
|-------------------|--|--|
| TABELA II | INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM | <p>As tarifas desta Tabela remuneram a utilização da infraestrutura de acostagem, isto é:</p> <ol style="list-style-type: none"> As obrigações da Administração Portuária definidas nos artigos 17 e 18 da Lei nº 12.815, de 2013; Cais, píeres e pontes de atracação que permitam a execução segura da movimentação de cargas, de tripulantes e de passageiros; Instalações, redes e sistemas, localizados na faixa de cais, para iluminação, água, esgoto, energia elétrica, telecomunicações, combate a incêndio, proteção ambiental, segurança do trabalho, sanitários e estacionamento, bem como vigilância dessas dependências portuárias |
| TABELA | DESCRIÇÃO | NORMAS DE APLICAÇÃO |
| TABELA III | INFRAESTRUTURA OPERACIONAL OU TERRESTRE | <p>As tarifas desta tabela remuneram a utilização da infraestrutura terrestre, por ela mantida, que os operadores portuários ou requisitantes encontram para acesso e execução de suas operações no porto, incluindo:</p> <ol style="list-style-type: none"> Obrigações da Administração Portuária definidas nos artigos 17 e 18 da Lei nº 12.815, de 2013; Arruamento; Pavimentação; Sinalização e iluminação; Acessos rodoviários ou ferroviários, quando construídas ou mantidas pela Administração Portuária; Dutos e instalações de combate a incêndio; Redes de água; Esgoto; Despesas com Energia Elétrica e Telecomunicação; Instalações sanitárias; Áreas de estacionamento; |

| | | 12. Sistema de proteção ao meio ambiente e de segurança do trabalho; 13. Vigilância das dependências portuárias. |
|-------------|---|--|
| TABELA | DESCRIÇÃO | NORMAS DE APLICAÇÃO |
| TABELA IV | MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS | NÃO SE APLICA |
| TABELA V | UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE ARMAZENAGEM | NÃO SE APLICA |
| TABELA VI | UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS | NÃO SE APLICA |
| TABELA VII | DIVERSOS PADRONIZADOS | As tarifas desta tabela remuneram os atendimentos prestados pela Administração do Porto no fornecimento de água e de energia elétrica, na atracação, desatracação e deslocamento das embarcações ao longo do local de acostagem e, ainda, quaisquer préstimos de natureza diversa ou não enquadrados nas tabelas anteriores. |
| TABELA VIII | USO TEMPORÁRIO E ARRENDAMENTO REALIZADO COM BASE EM ESTUDOS SIMPLIFICADOS | As tarifas desta tabela remuneram o uso de área para movimentação ou armazenagem de cargas em contratos de uso temporário e arrendamentos realizados com base em estudos simplificados individualizados para cada área e tipo de carga. |
| TABELA IX | COMPLEMENTARES | - |

3.2. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

O modelo de Gestão de Riscos e Controles Internos segue o estabelecido na Política de Gestão de Riscos vigente, que foi recentemente revisada de acordo com as boas práticas de governança que estabelecem a revisão periódica dos normativos da Companhia, e aprovada na 652ª reunião do Conselho de Administração, através da deliberação nº 16.2023, de 19 de janeiro de 2023. Esta Política tem por finalidade estabelecer a estrutura e o processo de governança corporativa dos riscos, os princípios, diretrizes e responsabilidades que orientam a gestão de riscos e controles internos de forma integrada.

A Autoridade Portuária de Santos acredita na gestão de riscos proativa envolvendo toda a organização como ferramenta na busca do alcance dos seus objetivos. Conforme definido em sua Política de Gestão de Riscos, a Companhia estrutura os papéis e as responsabilidades de acordo com o Modelo das Três Linhas, proposto pelo Institute of Internal Auditors.



Fonte: Modelo das três linhas do IIA 2020.

A **1ª linha de Defesa** é formada pelas Unidades Organizacionais, que atuam nas operações da Companhia. Essas unidades são responsáveis pela identificação de riscos dentro dos processos em que atuam e pela operacionalização dos controles internos, monitoramento e implementação de ações preventivas e corretivas para mitigação dos riscos.

A **2ª linha de Defesa** está estruturada pela Superintendência de Governança, Riscos e Compliance, composta pelas Gerências de Planejamento Estratégico e Governança, Compliance, Riscos e Controles Internos e Secretaria de Governança Corporativa. Esta estrutura tem a função de apoiar a primeira linha de defesa na

construção de diretrizes e metodologia para gestão e mitigação dos riscos, assim como de disseminar o conhecimento e cultura de Riscos, Controles Internos e Compliance na Companhia.

A **3ª linha de defesa** é realizada pela Superintendência de Auditoria, cuja responsabilidade é de avaliar de forma sistemática o processo de gerenciamento de riscos na Companhia, realizando de forma independente a medição e avaliação da eficácia e eficiência dos controles internos da Companhia e recomendando melhorias quando necessário.

Como forma de operacionalizar as diretrizes da Política de Gestão de Riscos, a Companhia conta com dois normativos internos detalhando as atividades referentes a gestão de riscos de processos e gestão de riscos corporativos.

Também fazem parte do ambiente de controle e governança da Autoridade Portuária de Santos, os seguintes normativos:

- Estatuto Social vigente;
- Regimento Interno da Autoridade Portuária de Santos;
- Política de Transação com Partes Relacionadas;
- Política de Gestão de Pessoas;
- Política de Competências e Alçadas Decisórias dos Administradores;
- Política de Governança Corporativa;
- Códigos de Ética, Manual de Conduta e Integridade;
- Regulamento Interno de pessoal;
- Plano de Dispendios Globais; e
- Relatório Anual de Auditoria Interna.

A Companhia tem contratado serviços de auditoria independente para avaliar os seus dados financeiros e emitir suas demonstrações contábeis anuais, bem como suas informações trimestrais, as quais são dadas publicidade por meio de jornal de grande circulação na região e em sítio eletrônico.

Em conformidade com as normas brasileiras de auditoria, os auditores independentes avaliam a eficácia dos controles internos em nível de entidade,

operacionais, financeiros e de tecnologia da informação, referentes ao processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis, com o objetivo de fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis. Com o objetivo de assegurar a independência dos auditores independentes, os mesmos não prestam serviços além daqueles relacionados à avaliação das demonstrações contábeis da Companhia.

As demonstrações contábeis também passam por revisão e avaliação dos órgãos estatutários, ou seja, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e submetidas a aprovação do Conselho de Administração.

Reforçando as melhores práticas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis, o Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração, no exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização, manifestando-se, dentre outros, sobre a qualidade das demonstrações contábeis, a efetividade dos controles internos e da auditoria independente.

3.3. FATORES DE RISCO

Por meio dos trabalhos de mapeamento dos riscos corporativos, foram identificados e classificados os principais riscos que podem afetar o alcance dos objetivos institucionais e a continuidade das atividades da Companhia. Relacionamos abaixo as categorias desses riscos:

| | |
|---------------------------------|-----------------------------|
| Imagem e Reputação | Comunicação externa |
| | Comunicação e Divulgação |
| Meio Ambiente | Mudanças Climáticas |
| Modelo de negócio | Mercado e concorrência |
| | Modelo estatal |
| Político Econômico | Econômico |
| | Regulatório |
| Conformidade | Legislações e resoluções |
| Governança e Integridade | Conduta Ética e Integridade |
| | Cultura Organizacional |

| | |
|---------------------------------|-------------------------------------|
| | Estrutura Organizacional |
| Sustentabilidade | Responsabilidade Ambiental e Social |
| Financeiro | Gestão de Investimentos |
| | Gestão Financeira |
| Comercial | Gestão de Contratos de Clientes |
| Operação | Capacidade e eficiência operacional |
| | Contratação de Bens e Serviços |
| | Infraestrutura |
| | Logística |
| | Segurança Pública e Patrimonial |
| Pessoas | Disponibilidade de Recursos Humanos |
| | Saúde e Segurança no Trabalho |
| Tecnologia da informação | Inovação e Tecnologia |
| | Segurança da Informação |
| | Sistemas de TI |

Como forma de tratamento para os riscos identificados foram encaminhados para as áreas técnicas formulários para formalização dos mitigadores existentes, definição de indicadores para acompanhamento e caso necessário, elaboração dos planos de tratamento para redução dos níveis dos riscos.

O monitoramento realizado pelas áreas técnicas, bem como o resultado de avaliações específicas e demais informações da gestão de riscos da Autoridade Portuária de Santos são reportados trimestralmente aos órgãos de governança da Companhia.

3.4. DADOS ECONÔMIOS-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

As principais ações e realizações da Companhia em 2022 foram pautadas nos 3 pilares estratégicos estabelecidos em seu Mapa Estratégico, sendo o status das iniciativas estratégicas, resultados dos indicadores e desafios para o próximo exercício detalhados no Relatório Anual 2022.

Em adição, o relatório de Conclusões do Conselho de Administração do Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo da Companhia contém a análise do cumprimento das metas empresariais no exercício, sendo publicado no sítio eletrônico do Porto de Santos, em atendimento ao artigo 23, § 2º, da Lei nº13.303/16.

O Relatório Anual 2022, bem como as demonstrações financeiras e o Relatório de Conclusões do Conselho de Administração do Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do Porto de Santos.

| DOCUMENTO | LINK DE ACESSO AO DOCUMENTO NO SITE |
|--|---|
| Relatório Anual 2022 | https://www.portodesantos.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/ |
| Conclusões CONSAD do Plano de Negócios 2021 e Estratégia de Longo Prazo. | https://www.portodesantos.com.br/santos-port-authority/governanca-corporativa/conselhos-e-orgaos-colegiados/ |
| Demonstrações Financeiras | https://www.portodesantos.com.br/informacoes-financeiras/visao-geral-financeiro/?pagina=informacoes-financeiras/central-de-resultados/ |

A Companhia adota a prática de remuneração variável, por meio do HVM, de forma a promover os objetivos, metas e resultados a serem atingidos definidos pela SNPTA e Conselho de Administração. Em 2022 a Diretoria Executiva atingiu 100% no cumprimento das metas de gestão em todos os trimestres do exercício.

Nesse sentido, foi aprovado pela SEST o montante de R\$ 557.973,72 para o pagamento da rubrica de Honorários Variáveis à Diretoria Executiva, dos quais foram pagos efetivamente R\$ 543.189,99.

3.5. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A base do sistema de governança da Companhia está estabelecida no Estatuto Social, documento que rege os elementos fundamentais da sua existência, seu objeto social, o capital mobilizado para o exercício de suas atividades, como será administrada, entre outras informações.

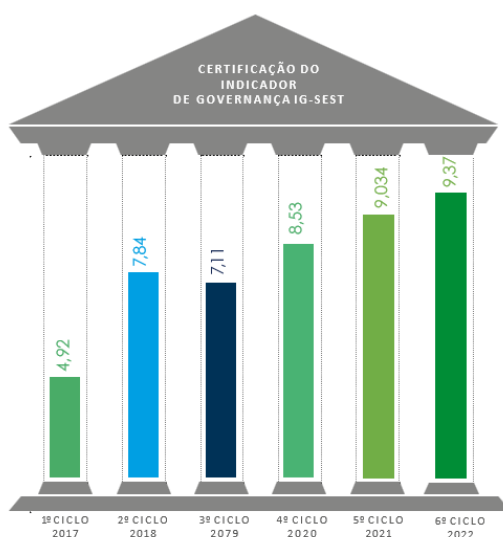
Paralelamente, a Autoridade Portuária de Santos adota como referência as melhores práticas de governança corporativa disseminadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), pela B3 (segmento do Novo Mercado) e pelas

Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a fim de aumentar e melhorar o nível de maturidade e eficácia em seus processos de governança.

O sistema de governança está fundamentado em quatro pilares principais: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, e apresenta a forma pelo qual a Companhia deve ser dirigida, monitorada e incentivada, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

O Sistema de Integridade é também uma forte ferramenta de Governança da Companhia que reúne o conjunto de agentes, mecanismos e procedimentos internos adotados para a prevenção, detecção e combate à corrupção e fraudes. Esse sistema visa pautar a conduta dos dirigentes, empregados e stakeholders, além de reforçar o compromisso da empresa com a promoção da cultura de integridade, transparência e ética nas suas atividades.

Em 2022, no 6º Ciclo da Certificação do Indicador de Governança IG-Sest a Companhia obteve nota 9,37, sendo a maior pontuação histórica.



Resumo das principais práticas:

- Conselho de Administração e Fiscal permanente, com competências e funcionamento definidos no Estatuto Social;
- Existência de importantes artefatos de governança, dentre os quais destacamos:
 - Código de Ética;
 - Manual de Conduta e Integridade;
 - Política de Governança Corporativa;
 - Política de Divulgação de Informações Relevantes;
 - Política para Transações com Partes Relacionadas;
 - Política de Distribuição de Dividendos;
 - Política de Gerenciamento de Riscos;
 - Política de Competências e Alçadas Decisórias dos Administradores;
 - Política de Gestão de Pessoas;
 - Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Estatutários;
 - Política de Indicação, Avaliação, Capacitação e Sucessão dos Membros dos Órgãos Estatutários;
 - Política de Porta-Vozes;
 - Política de Seleção dos Titulares das Unidades Internas de Governança;
 - Política de Gestão de Continuidade do Negócio.
- Existência de um Sistema de Integridade;
- Administradores e Conselheiros fiscais sujeitos à avaliação dos requisitos e vedações previstos na Lei nº 13.303/16 e no Decreto nº 8.945/16;
- Existência do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;
- Existência do Relatório anual previsto na Lei nº 6.404/ 76;
- Avaliação anual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria Executiva;
- Publicação das demonstrações financeiras;
- Existência de unidade de Corregedoria;
- Auditoria Interna e Ouvidoria vinculada ao Conselho de Administração.

3.6. DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia, a remuneração dos membros estatutários e, quando aplicável, dos demais comitês de assessoramento, é fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral.

A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da empresa estatal não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores da Companhia, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia.

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é fixada em Assembleia Geral em montante não inferior à remuneração dos Conselheiros Fiscais.

A Companhia possui uma Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Estatutários que estabelece os princípios e diretrizes sobre a remuneração dos membros dos órgãos estatutários da Companhia, sua forma de aferição e pagamento, servindo como um instrumento corporativo de incentivo à melhoria da performance, ao alcance dos objetivos estratégicos e à sustentabilidade dos resultados da empresa.

A remuneração global é composta pela remuneração dos diretores, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, sendo analisada pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração e encaminhada pelo Conselho de Administração para aprovação anual pela Assembleia Geral, sempre em alinhamento com as diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

Especificamente aos diretores, a remuneração é composta pelo honorário fixo, honorária variável mensal (HVM), remuneração variável anual (RVA), gratificação natalina e de férias, auxílio-moradia, auxílio alimentação, plano de saúde, seguro de vida e previdência complementar.

O HVM é um dos itens pertencentes à parcela variável da remuneração dos diretores, sendo medido trimestralmente. Está vinculado à apuração dos resultados

obtidos/cumprimento de metas pela Diretoria Executiva, de acordo com os compromissos e ações propostos pelo Ministério Supervisor e pelo Consad, com aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Outro item relacionado à parcela variável dos diretores diz respeito ao Programa de Remuneração Variável Anual (RVA), regido pelo art. 152 da Lei nº 6.404/1976, pelo Estatuto Social e pelas orientações da Sest, nos termos do art. 98, inciso VI, alínea “i” e inciso XII, do Decreto nº 9.745/19.

O RVA é medido anualmente e está vinculado ao desempenho da gestão, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa, o alcance de resultados na Companhia e a execução das políticas públicas. O programa do RVA somente tem validade após aprovação do Ministério Supervisor, Sest e do Conselho de Administração da Companhia.

As informações quanto a remuneração dos administradores e Conselheiros Fiscais, bem como a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Estatutários encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do Porto de Santos.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Autoridade Portuária de Santos S.A. declara que subscreveu nesta data a Carta Anual de Governança Corporativa e Políticas Públicas, referente ao exercício de 2022, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30/06/16.

Em 11 de maio de 2023.

Fabio Lavor Teixeira

Presidente do Conselho de
Administração

Mariana Pescatori Candido da Silva

Conselheira de Administração

Regis Xavier Holanda

Conselheiro de Administração

Marcos Kleber Ribeiro Felix

Conselheiro de Administração

Adilson Luiz Gonçalves

Conselheiro de Administração

Sidney Antonio Verde

Conselheiro de Administração

Thiago Benito Robles

Conselheiro de Administração